

Cooperação, desenvolvimento local e capital social como formas de promover uma nova realidade local: Uma experiência em Bananeiras.

Odaelson Antonio Clementino da Silva/ PPGEP-UFPB - Odaelson@pop.com.br
Gesinaldo Ataíde Candido/UFCG – gacandido@uol.com.br

Resumo:

O presente artigo se propõe a descrever um projeto de desenvolvimento local implantado numa pequena cidade no interior da Paraíba como forma de fugir a extrema dependência de repasses governamentais e promover uma nova realidade local através da implantação de atividades que permitam a permanência, assim como o sustento das famílias na zona rural. Para isto o Capital Social dos envolvidos em sua dimensão estrutural foi levado em consideração como variável importante para seu sucesso. O objetivo deste trabalho é fazer uma explanação a respeito da ligação do projeto de difusão da piscicultura como projeto de desenvolvimento local à importância do capital social estrutural. Buscando alcançar o objetivo proposto, uma pesquisa bibliográfica e documental para explorar aspectos relacionados foi realizada, levantando-se informações através de visitas técnicas a instituições e produtores envolvidos no projeto como ASPIB “associação dos piscicultores de Bananeiras”, além de observação não participativa. Como resultados obtem-se pequenas, mas importantes melhorias na condição de vida das famílias participantes, tanto direta como indiretamente que apontam pequenos projetos como este capazes de reduzir migrações de jovens, fixarem famílias, gerar ocupação e renda e promover maior interação social na comunidade, além de inserir novas atividades produtivas assim como melhorar seu nível tecnológico.

Palavras chave: Capital social estrutural, desenvolvimento local, piscicultura.

1. Introdução

A inadequação tecnológica e as relações de trabalho arcaicas produziram um quadro de estagnação e de ineficiência econômica, sendo esses alguns dos fatores que contribuíram para o estabelecimento de um cenário de dependência. A influência de fatores estruturais e do atraso tecnológico têm agido historicamente para manter o baixo nível das atividades produtivas tradicionais, como atividades agro-silvo-pastoris de baixa eficiência econômica refletindo em índices muito elevados de subemprego ou desemprego aberto, déficits sociais agudos e pressão intensa sobre os recursos naturais.

Como consequência temos o inchaço das cidades, em maior escala das metrópoles, no entanto, esse fenômeno se repete nas cidades interioranas a nível nacional, por falta de oportunidades de trabalho no campo em função do baixo nível de desenvolvimento local, além da exclusão econômica e social.

O Brejo Paraibano é uma região privilegiada a nível de Paraíba pelas condições climáticas, e geográficas, no entanto no tocante a produção de riquezas e desenvolvimento a situação se inverte e o quadro passa a ser de quase completa dependência de repasses oriundos de programas e instituições publicas.

Este trabalho aborda a questão do desenvolvimento local, do capital social e de sua influência como variável numa iniciativa de implantação e desenvolvimento de um programa de desenvolvimento local numa cidade do interior da Paraíba. O interesse pelo tema esta atrelado diretamente ao crescente número, a nível mundial, de estudos sobre desenvolvimento local no tocante à inclusão econômica e social, e da influência da variável capital social em projetos e atividades atreladas a desenvolvimento local. Neste sentido o estudo deste novo capital se apresenta como detecção de uma nova variável de suma importância na análise dos resultados de programas e políticas de desenvolvimento local, já que o tema vem sendo alvo de importantes estudos atualmente.

Este tema também se apresenta interessante para a sociedade uma vez que o capital social em suma esta embasado em como os indivíduos membros de uma sociedade local, por exemplo, se relacionam, qual o grau de interação entre eles e como agem juntos. Esperamos que eventuais contribuições decorrentes deste trabalho proporcionem algum beneficio positivo nesta área de estudo, uma vez que se propõe a apresentar resultados com base no estudo de uma localidade e de um programa que foi implantado numa comunidade deste município.

Este artigo tem como objetivo fazer uma explanação a respeito da ligação do projeto de difusão da piscicultura, como projeto de desenvolvimento local e a importância do capital social estrutural nesse processo.

Para atingir os objetivos, uma pesquisa bibliográfica e documental foi realizada para explorar aspectos relacionados às bases conceituais e metodológicas aplicadas à promoção do desenvolvimento local no município de Bananeiras, especificamente na localidade rural mencionada que reflete na economia do município como um todo. Foram levantadas informações através de visitas técnicas a instituições e produtores envolvidos nesse projeto. A utilização da técnica da observação não participante contribuiu para um melhor entendimento a respeito desse projeto através de um estudo de caso.

2. Contextualizando desenvolvimento local

Para um melhor entendimento deste artigo vamos especificar nosso entendimento de desenvolvimento local fundamentado em referencias literárias.

Alguns autores como Campanhola e Graziano da Silva (*Apud DENARDY 2000 et al*) afirmam que o espaço deve ser visto como a arena onde os diversos grupos sociais se manifestam, permitindo a construção de novas relações sociais que assumam como premissa que os interesses comuns sejam respeitados, discutidos e compatibilizados. O limite físico do espaço pode ser estabelecido com base naquele em que os atores de uma comunidade conseguem se organizar e participar em defesa de objetivos e interesses comuns.

Vemos então segundo o autor a definição de local em função das relações estabelecidas entre os membros de determinada comunidade, correlacionada com buscar defender interesses comuns, outros autores como Franco(2000) afirmam que um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo pode ser tido como local, isso irá depender do que ele chama de “alvo sócio territorial das ações” de desenvolvimento em curso.

Para Milani (2002) desenvolvimento local pode ser entendido como sendo o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, que participam de um projeto de significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global).

Temos então como importante fator a possibilidade de cooperação, de montagem de projetos visando o estabelecimento de atividades produtivas, bem como a organização de certos mercados, cujos protagonistas sejam os próprios membros da comunidade. Mas o pressuposto é ao mesmo tempo a existência de certa atmosfera de troca de informações, de uma disposição ao trabalho conjunto e uma ação pública capaz de valorizar para cada indivíduo as atitudes cooperativas como forma de se atingir um objetivo mais amplo e abrangente a toda comunidade. Dentro deste tópico vemos, como será comentado posteriormente, a necessidade do desenvolvimento do capital social estrutural para promover maior interação não somente dos membros do mesmo domicílio ou parentes e familiares, mas num contexto ampliado partindo para uma relação de mercado ou entre membros de instituições diferentes.

Temos então que o território não consiste simplesmente em atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas, mercantis e não mercantis, que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional como forma de promover desenvolvimento local.

Assim, os interesses e projetos de natureza social, política econômica e cultural transformam a realidade local, e neste processo de transformação econômica e social, há a possibilidade de através do desenvolvimento local, transformar a realidade de uma região ou localidade pela formação e ou inclusão de mercados locais muitas vezes isolados em ambientes de interação econômica.

3. Promovendo o desenvolvimento local

Com o intuito de promover uma realidade de desenvolvimento local cada vez mais incluyente econômica e socialmente, entidades no mundo todo como o Banco Mundial têm proposto metodologias que propiciem o desenvolvimento econômico, tecnológico, e social em localidades. Isto vem sendo feito através do aproveitamento da sua vocação e potencial econômico, descobrindo, fomentando e desenvolvendo suas aptidões econômicas e produtivas.

Abramovay (1998) afirma que através de projetos de estruturação produtiva de um território de forma sustentável, objetiva-se a inclusão social e econômica sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades. Daí a importância do desenvolvimento vinculado a um conjunto de valores, que extrapolam a mera preocupação com conservação dos recursos naturais, indo além, abrangendo as dimensões ambiental e econômica.

Estas esferas estão evoluindo, segundo Novaes (2005), para componentes sociais, políticos e éticos, destacando ainda no campo político a preocupação com a democratização das instituições, com a maior participação popular, consolidação de uma cidadania ativa, e com a descentralização administrativa e política. Tudo isto com um intuito de promover uma realidade de maior participação de todos no processo de desenvolvimento coletivo e quebrar uma antiga realidade de clientelismo.

O estabelecimento de mecanismos e estruturas que democratizem, popularizem e estimulem

inovações tecnológicas, científicas e de gestão que promovam, o surgimento, ou ainda facilitem e estimulem a continuidade das transformações econômicas das atividades predominantes e potenciais da localidade, com capacidade para se inserir nas tendências empresariais do mercado local/regional/nacional de modo competitivo serão vistas neste trabalho como forma de reagir positivamente às ameaças da exclusão econômica e social e oportunidades de promover interação e participação social e não somente o crescimento econômico mais desenvolvimento econômico.

Diante de tudo isto, se faz necessária uma base de estruturação fundamentada em elementos como cooperação, civismo e confiança mútua, ou seja, capital social, atrelados aos elementos econômicos e tecnológicos de forma sinérgica visando atingir um objetivo comum.

Da mesma forma que o capital social, o desenvolvimento tampouco resulta da cooperação espontânea dos contatos sociais, mas exige uma intervenção consciente e deliberada de organizações públicas, estatais e não estatais. Um dos grandes desafios para a obtenção de sucesso na implantação destas metodologias de desenvolvimento local é o envolvimento dos atores locais, e fazê-los deixar de lado interesses meramente pessoais em função do coletivo assim como adotar uma postura participativa junto a sociedade. Assim promover um relacionamento baseado na confiança e cooperação mútua, o que pode ser denominado como desenvolvimento do capital social dos envolvidos é sem dúvida um grande desafio a ser vencido rumo ao desenvolvimento.

Vale salientar que não existe uma metodologia específica para o estímulo do desenvolvimento local, os agentes indutores utilizam diversas metodologias de planejamento participativo, e às vezes fazem até combinações de metodologias adaptando-as as realidades de cada grupo beneficiado.

4. Capital social e desenvolvimento local

Vejam alguns conceitos importantes a respeito do Capital Social para entendermos sua importância neste trabalho.

Perez (2000) define capital social como o tecido social que mantém a coesão das sociedades, e se baseia na confiança entre as pessoas e na rede de relacionamento entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades envolvendo toda a sociedade de um determinado sítio passando por todas as camadas, política, (social, econômica, religiosa e legal).

Para Putnan (1993) Capital Social diz respeito ao envolvimento individual em atividades coletivas, e o efeito subsequente na construção de redes de confiança recíproca, que não só tem um impacto na comunidade na qual o indivíduo reside, mas pode impactar na sociedade como um todo, via processo de construção de virtudes cívicas.

Neste trabalho abordaremos a diferença nas dimensões do capital social, e levaremos em consideração sua importância na dimensão estrutural. Estas dimensões são segundo autores como (Uphoff 2000; Banco Mundial 2001) duas, a cognitiva e a estrutural, e estas interferem ativamente em atividades de desenvolvimento, porém com diferente intensidade.

A dimensão cognitiva é resultante de processos mentais reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, mais especificamente, por normas sociais, valores, atitudes e crenças, que por sua vez, também contribuem para o comportamento cooperativo. Dentre esses valores incluem-se a confiança, solidariedade e reciprocidade, que compartilhadas entre os membros do grupo criam as condições para que os indivíduos trabalhem para o bem comum (Uphoff 2000; Banco Mundial 2001).

Já os elementos constitutivos do Capital Social estrutural favorecem o comportamento cooperativo, pois reduzem os custos de transação, ao estabelecerem padrões de comportamento e de interações que tornam mais prováveis e desejáveis os resultados da ação coletiva. Os componentes do Capital Social cognitivo tornam os indivíduos mais predispostos ao comportamento cooperativo, pois, na medida em que são amplamente compartilhados, tornam a cooperação mais provável, normas, valores, atitudes e crenças, que constituem a dimensão cognitiva do capital social, são os elementos que dão racionalidade à ação coletiva. Ainda que no plano das idéias seja possível a existência de uma categoria independente da outra, na prática é improvável a existência prolongada de uma só (Uphoff 2000; Banco Mundial 2001). Estas duas dimensões se reforçam mutuamente, podendo, porém uma forma existir sem a outra, no entanto sua contribuição para o desenvolvimento tende a ser mínima se observada de um ponto de vista monofocal.

Outros autores também abordam estas dimensões, porém com outra denominação. Granovetter (1973) foi um autor importante na construção da noção de capital social, pois inseriu nela a concepção da importância dos “laços fracos”, que são as relações que os indivíduos estabelecem além de sua rede de relações comunitárias, assim como as relações de parentesco ou de vizinhança e são conceituadas como os “laços fortes” das relações sociais dos indivíduos. O autor demonstrou que, sob o ponto de vista da inserção econômica dos indivíduos na sociedade, os “laços fracos” são mais importantes do que os “laços fortes”.

O mesmo analisa os laços sociais existentes, classificando-os como fortes (definidos como aqueles nos quais os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas; por exemplo, a amizade) e fracos (aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo, como, por exemplo, os mantidos com pessoas conhecidas). A partir da análise das pontes (ligações entre dois indivíduos situados em agrupamentos distintos e não conectados, a não ser por uma ligação que se torna a ponte entre os dois grupamentos), ele aprofunda a análise na direção de que são as relações fracas que realmente importam para a expansão e força das redes.

Podemos ter ainda segundo o mesmo como explicação que se dois indivíduos têm relações fortes, é provável que haja uma superposição em suas relações, e a rede, como um todo, é relativamente limitada. Assim, são as relações fracas que ampliam os limites das redes, conectando grupos que não têm ligações entre si. Introduzindo outros conceitos de rede e pesquisas empíricas, ele analisa a velocidade da informação e a importância das figuras as quais denomina (nós) centrais e marginais na rede para a introdução de inovações, obtenção e troca de informações importantes, do papel das lideranças em determinadas comunidades, enfatizando que a existência de laços fracos é fundamental para que esses indivíduos atinjam mais pessoas sem que haja perda de confiança.

Assim temos a utilização do conceito de ligação do tipo ponte para assinalar a relação entre grupos distintos evidenciando que as relações fracas existentes entre grupos distintos seriam fundamentais para criar redes que ampliassem o alcance de informações. Os laços fortes (no caso, dentro de uma mesma comunidade) não cumpririam essa função, dado que há uma sobreposição entre as redes de cada indivíduo (as informações seriam sempre as mesmas).

O autor afirma ainda que para as comunidades, a situação ideal é ter o seu capital social dividido entre três formas de redes sociais, uma vez que cada uma delas responde por aspectos importantes para o sucesso da comunidade:

- a) Confiança e comprometimento;
- b) Ampliação das fontes de informações e conhecimento;
- c) Acesso às instituições e ao poder.

5. Promovendo o desenvolvimento local em Bananeiras

A cidade de Bananeiras possui variáveis positivamente influentes para um cenário de desenvolvimento local, a proximidade com grandes centros como a capital paraibana João Pessoa 120 km, Campina Grande, segundo maior centro econômico do estado 74 km, Natal RN 160 km, e Recife PE 240 km, todas interligadas por rodovias asfaltadas, o que favorece o escoamento da produção, como outras características podemos mencionar o clima favorável e uma população, segundo o censo 2000 composta por 21.800 habitantes 6,07% da população do estado sendo que destes, 68,5% encontram-se distribuídos na zona rural e apenas 31,5% na zona urbana o que mostra uma característica particular desta em relação a outras realidades a nível estadual e nacional. Há também a existência de um campus da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com dois cursos técnicos na área agrícola, e três cursos superiores, além de uma estação de piscicultura do IBAMA entre outros.

Esta cidade resolveu por em prática um projeto de desenvolvimento da piscicultura numa região do município que goza de ambiente geográfico favorável para esta atividade, pois a realização de ações que levam ao desenvolvimento econômico, social e ambiental num contexto local, envolve o bom aproveitamento das oportunidades da localidade.

Assim a prefeitura municipal de Bananeiras pôs em pratica um projeto de difusão da piscicultura no município especificamente na região denominada Roma, um distrito rural do município, através de uma metodologia facilmente entendida pelos produtores que constituem seu publico alvo, levando em consideração informações técnicas e experiências que se revelaram bem sucedidas na área de piscicultura em Bananeiras quando no referido ano foram distribuídos 200 mil alevinos junto aos produtores familiares daquele município especificamente na comunidade de Roma. O referido projeto teve como parceiros o Sebrae, Sindicato dos trabalhadores Rurais de Bananeiras, Banco do Nordeste, Prefeitura Municipal de Bananeiras, IBAMA, e o Centro de Formação de Tecnólogos da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV.

O referido projeto teve como objetivos:

- a) Incentivar a difusão da piscicultura no município como meio de gerar renda e ocupação para os produtores rurais e conseqüentemente melhorias da qualidade de vida de suas famílias através da capacitação dos produtores familiares promovendo o desenvolvimento local;
- b) Introduzir através de cursos teóricos e práticos, sistemas de produção piscícolas e técnicas modernas;
- c) Exploração de espécies adequadas e já difundidas permitindo o surgimento de unidades empresariais na área de interesses do projeto;
- d) Promover a organização dos produtores em torno da atividade da piscicultura, fortalecendo seus relacionamentos sociais e econômicos e agricultura familiar como um todo;
- e) Organizar um sistema produtivo baseado no conceito de cadeia produtiva da piscicultura através da sistematização e implantação de processos de produção e comercialização de excedente produzido;
- f) Criar oportunidades de ocupação complementar da mão-de-obra familiar.

O projeto conta com algumas linhas de estratégias de ação dentre as quais podemos citar cadastramento de famílias participantes, visitas técnicas para identificação da aptidão da área a ser trabalhada, realização de cursos específicos na referida área, execução dos

peixamentos/povoamentos, acompanhamento dos produtores para avaliação do desenvolvimento da atividade piscícola.

Como resultados do projeto temos hoje uma comunidade rural produtora de peixe da espécie tilapia, com produção anual acima de 60 toneladas, que gera emprego para 18 famílias participantes de uma associação de piscicultores, gerando renda e fomentando outras atividades agro-silvo-pastoris como cultivo de cereais e criação de gado bovino aproveitando a água reutilizando-a para irrigação de áreas cultivadas.

Tudo isso funciona até hoje gerando desenvolvimento local como forma também de manutenção das famílias na zona rural lhes gerando emprego e renda melhorando sua condição de vida e evitando o êxodo rural. No entanto há oportunidades não aproveitadas de aproveitamento da pele do peixe e demais partes, uma vez que a maior parte da produção é vendida ainda viva ou na forma de file de tilapia e voltada para o mercado externo especificamente o estado do Rio Grande do Norte.

Conclusões

Programas como este mesmo num contexto local de um município tem um importante papel para a sociedade, pois se apresentam como proposta até certo ponto viável no tocante a reduzir migrações de jovens, manter famílias no campo, gerar ocupação e renda, melhorar o nível tecnológico de atividades agro/silvo/pastoris e mostrar que as práticas produtivas de uma região podem ser modificadas e melhoradas para o seu desenvolvimento, como a criação intensiva de peixe reaproveitando a água para projetos de irrigação de cereais como milho entre outros, ou para criação de gado estimulando assim novos empreendimentos.

Percebe-se, no entanto que projetos como estes necessitam de participação maciça da comunidade nesse processo através do desenvolvimento do relacionamento não meramente entre membros do domicílio ou família mais entre os diversos membros das diversas esferas existentes numa comunidade ou ate município, e da sinergia entre elas que funciona como fonte ou variável influente no processo de desenvolvimento local.

A implantação de projetos de desenvolvimento local como este se constitui em caminho viável para promover o desenvolvimento de um território, a partir de bases produtivas e da gestão local através da formação de estruturas associativas que dão apoio aos produtores associados. A introdução de novas tecnologias aplicadas a vocações locais naturais também se apresenta como fator importante para o desenvolvimento, pois possibilita um incremento econômico e social, e deve ser amplamente utilizada, especialmente em casos onde as pessoas da região se dedicam significativamente a determinadas atividade produtivas.

A integração entre população local, agentes políticos, estruturas técnicas e de fomento governamental, entidades da sociedade civil e iniciativa privada em torno de interesses econômicos e sociais comuns, ao que denominamos “Capital Social Estrutural” é capaz de promover mudanças significativas baseadas em cooperação mutua e processos de desenvolvimento local. Assim vemos a participação e o aumento no número de organizações comunitárias na localidade, como também o aumento da participação de membros da própria comunidade na política municipal como indicadores de capital social estrutural.

O grande desafio que fica é fazer com que sociedade e governo atuem de forma conjunta investindo em tecnologia, formação humana tanto individual como social como forma de estabelecem um ambiente sinérgico favorável para a vocação produtiva de uma região.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *A Formação de Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável. II Fórum*

CONTAG de Cooperação Técnica, 6 a 8 de dezembro de 1998 São Luiz MA.

DENARDI, Reni. *Fatores que afetam o Desenvolvimento Local em pequenos municípios do estado do Paraná. Emater Paraná 2000.*

FRANCO, Augusto. *Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Instituto de Política, 2001.*

MILANI, Carlos. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas, Bahia, Brasil 2002. disponível em: http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm*

NOVAES, Ricardo. *Comitês de Bacia, Capital Social, e Eficiência Institucional: Reflexões preliminares sobre influências recíprocas. São Paulo, PROCAM-USP 2005.*

GRANOVETTER, Mark. *The Strength of Weak Ties. In American Journal of Sociology, volume 78, número 6, pp. 1360-1380, 1973*

PERES, Fernando Curi. *Capital Social: A nova estrala do Crescimento Econômico. Disponível em: <<http://pa.esalq.usp.br/~pa/pa0500/pa0500.html>>. Revista preços Agrícolas. São Paulo, Maio 2000, nº 163, acesso em maio 2005.*

PUTNAM, R. *Making Democracy Work – Civic Traditions in Modern Italy. Princeton, Princeton University Press, 1993.*

UPHOFF, Norman. *“Understanding Social Capital: Learning from the Analysis and Experience of Participation.” In Partha Dasgupta and ismail Serageldin, eds, Socia Capital: A Multifaceted Perspective Washington, D.C.: World Bank 2000.*

WORLD BANK. *world development report 2000/2001: attacking poverty www.worldbank.com*

www.ibge.gov.br